



PORTARIA Nº 2.782, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011.

ORLANDO JOSÉ ZOVICO, Prefeito Municipal de Limeira em exercício, Estado de São Paulo.

NO EXERCÍCIO de suas funções, em atenção às disposições legais, **CONSIDERANDO** o que consta do processo administrativo nº 32.355, de 23 de agosto de 2011,

RESOLVE:

A) Retificar o texto da letra "A" da Portaria nº 2.431, datada de 4 de novembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação: "A) Revogar, em todos os seus termos, as Portarias nºs 2.071, 2.072, 2.073, 2.077, 2.079, 2.081, 2.082, 2.083 e 2.085, de 1º de setembro de 2011."

B) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 3 de outubro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE e Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze.

ORLANDO JOSÉ ZOVICO - Prefeito Municipal em exercício **PUBLICADA** no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira, aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze.

VILMA DANIELA LOPES - Secretária Executiva do Prefeito



PORTARIA Nº 2.783, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011.

ORLANDO JOSÉ ZOVICO, Prefeito Municipal de Limeira em exercício, Estado de São Paulo.

NO EXERCÍCIO de suas funções, em atenção às disposições legais, **CONSIDERANDO** o que consta do processo administrativo nº 32.355, de 23 de agosto de 2011,

RESOLVE:

A) Retificar o texto da Portaria nº 2.440, de 4 de novembro de 2011, onde consta Portaria nº 2.084, de 1º de setembro de 2011, para Portaria nº 2.075, de 1º de setembro de 2011.

B) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de novembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE e Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze.

ORLANDO JOSÉ ZOVICO - Prefeito Municipal em exercício **PUBLICADA** no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira, aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze.

VILMA DANIELA LOPES - Secretária Executiva do Prefeito



PORTARIA Nº 2.833, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011.

ORLANDO JOSÉ ZOVICO, Prefeito Municipal de Limeira em exercício, Estado de São Paulo.

NO EXERCÍCIO de suas funções, em atenção às disposições legais, **CONSIDERANDO** tudo o que consta do Processo Administrativo nº 8.047/2007,

RESOLVE:

A) Designar à Comissão de Sindicância, constituída pela Portaria nº 1.045, de 20 de abril de 2011, cujos membros são Dr. Marco Antonio Teixeira de Camargo Barhum, Dra. Beatriz Carneiro Ferreira e Dra. Silmara Aparecida Ribeiro dos Santos, sob a presidência do primeiro, para apurar o furto de um monitor, marca Samsung, um teclado, um mouse, um estabilizador, um thimble, marca Tec Word, pertencentes à Unifarma, ocorrido em 28/1/2007, na Unidade Básica de Saúde do Jardim Vista Alegre, conforme Boletim de Ocorrência nº 225/2007, lavrado no 4º Distrito Policial de Limeira, encartado às fls. 3 do Processo Administrativo nº 2.813/2007, verificando ao final se houve alguma irregularidade que favoreceu o delito e qual (is) a (s) medida (s) a ser (em) tomada (s) por esta Administração.

B) Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à instrução processual.

C) A presente Comissão, preferencialmente, deverá ser instalada em uma das salas da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos.

D) O prazo regular da instrução será de 60 (sessenta) dias, admitida a prorrogação por igual prazo ou a continuidade excepcional do instrutor, sob motivação, para garantir o esclarecimento dos fatos e o exercício pleno da defesa.

E) Ficam revogados todos os dispositivos em contrário, em especial a Portaria nº 376, de 28 de fevereiro de 2007.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE e Cumpra-se.



PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze.

ORLANDO JOSÉ ZOVICO - Prefeito Municipal em exercício **PUBLICADA** no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira, aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze.

VILMA DANIELA LOPES - Secretária Executiva do Prefeito



PORTARIA Nº 2.834, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011.

ORLANDO JOSÉ ZOVICO, Prefeito Municipal de Limeira em exercício, Estado de São Paulo.

NO EXERCÍCIO de suas funções, em atenção às disposições legais, **CONSIDERANDO** tudo o que consta do Processo Administrativo nº 25.769/2011,

RESOLVE:

A) Designar à Comissão de Sindicância, constituída pela Portaria nº 1.045, de 20 de abril de 2011, cujos membros são Dr. Marco Antonio Teixeira de Camargo Barhum, Dra. Beatriz Carneiro Ferreira e Dra. Silmara Aparecida Ribeiro dos Santos, sob a presidência do primeiro, para apurar possível conduta inadequada no transporte com paciente acamada no dia 3/6/2011, pelo Sr. Valdir Arantes, ocupante do cargo de "Motorista", lotado na Secretaria Municipal da Saúde, conforme denúncia às fls. 04/06 do Processo Administrativo nº 25.769/2011, decidindo ao final qual (is) a (s) medida (s) a ser (em) tomada (s) por esta Administração.

B) Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à instrução processual.

C) A presente Comissão, preferencialmente, deverá ser instalada em uma das salas da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos.

D) O prazo regular da instrução será de 60 (sessenta) dias, admitida a prorrogação por igual prazo ou a continuidade excepcional do instrutor, sob motivação, para garantir o esclarecimento dos fatos e o exercício pleno da defesa.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE e Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze.

ORLANDO JOSÉ ZOVICO - Prefeito Municipal em exercício **PUBLICADA** no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira, aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze.

VILMA DANIELA LOPES - Secretária Executiva do Prefeito



PORTARIA Nº 2.868, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2011.

ORLANDO JOSÉ ZOVICO, Prefeito Municipal de Limeira em exercício, Estado de São Paulo.

NO EXERCÍCIO de suas funções, em atenção às disposições legais,

RESOLVE:

A) Revogar, a pedido, em todos os seus termos, a Portaria nº 1.176, de 15 de julho de 2010.

B) As despesas com a execução desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento-programa.

C) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 8 de dezembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE e Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze.

ORLANDO JOSÉ ZOVICO - Prefeito Municipal em exercício **PUBLICADA** no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira, aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze.

VILMA DANIELA LOPES - Secretária Executiva do Prefeito



PORTARIA Nº 2.909, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.

ORLANDO JOSÉ ZOVICO, Prefeito Municipal de Limeira em exercício, Estado de São Paulo.

NO EXERCÍCIO de suas funções, em atenção às disposições legais,

RESOLVE:

A) Revogar, a pedido, em todos os seus termos, a Portaria nº 1.380, de 7 de novembro de 2006.

B) As despesas com a execução desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento-programa.

C) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de dezembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE e Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze.

ORLANDO JOSÉ ZOVICO - Prefeito Municipal em exercício **PUBLICADA** no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira, aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze.

VILMA DANIELA LOPES - Secretária Executiva do Prefeito



**Ato Normativo da
Secretaria Municipal
da Educação**

Educação
Secretaria Municipal de Educação

Portaria S.M.E. nº 61 de 13 de dezembro de 2011

ANTONIO MONTESANO NETO, Secretário Municipal da Educação **NO EXERCÍCIO** de suas atribuições, delegadas pelo Decreto nº 13 de 14 de janeiro de 1998, e suas respectivas alterações, em especial o artigo 11, letra "J",

DESIGNA:

A) Comissão para coordenar, executar e avaliar a realização do processo de atribuição de classes e/ou turmas durante o ano letivo de 2012 sob a Presidência do primeiro e composta pelos seguintes membros:

Presidente: Profª **HELENA DI GIORNO BUENO DA SILVA**

Membros: Profª **ANA EMÍLIA DA SILVA OLIVEIRA**

Profª **CÉLIA APARECIDA ZANFELICE DE AZEVEDO**

Profª **CRISTIANE FRANCISCO ABBADE MASSON**

Profª **ELCI ELVIRA PEIXOTO DOS SANTOS**

Profª **ISABEL CRISTINA ROSSI MATTOS**

Profª **ROSANA CRISTINA TÓFOLI DA SILVA**

LÚCIA MARIA DE MEDEIROS ALMEIDA

MÁRIA CRISTINA DE OLIVEIRA GUIMARÃES

B) Este Ato Normativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze

ANTONIO MONTESANO NETO - Secretário Municipal da Educação



**Ato Normativo da
Secretaria Municipal
da Educação**

Educação
Secretaria Municipal de Educação

Resolução S.M.E. nº 10 de 13 de dezembro de 2011

Dispõe sobre o processo de atribuição de classes e/ou turmas aos docentes da Secretaria Municipal da Educação de Limeira.

ANTONIO MONTESANO NETO, Secretário Municipal da Educação, **NO EXERCÍCIO** de suas competências, delegadas pelo Decreto nº 13 de 14 de janeiro de 1998 e suas respectivas alterações, em especial o artigo 11, letra "I" e considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 461/09 alterada pelas Leis Complementares nºs 470, 472, 497/09 e 540/10, em seus artigos 31, 32, 33, 34, 103 e 104 e Decreto 185/99, visando normatizar os procedimentos relativos ao processo de atribuição de classes e/ou turmas para o ano letivo de 2012 aos docentes da Rede Municipal de Ensino de Limeira,

Resolve:

Artigo 1º Cabe às autoridades escolares tomarem providências necessárias quanto à execução e acompanhamento do processo de atribuição de classes e/ou turmas disponíveis, no pessoal docente do quadro do magistério.

Artigo 2º Compete a esta Secretaria Municipal da Educação designar comissão para coordenação, execução e avaliação do processo de atribuição de classes e/ou turmas.

Artigo 3º Compete ao Diretor da Escola atribuir as classes e/ou turmas de sua Unidade Escolar, respeitando a classificação de cada um dos professores, compatibilizando os horários das classes e turnos de funcionamento da escola com as respectivas jornadas de trabalho e atendendo as reais necessidades da escola.

§ 1º As classes de 1º e 2º anos do Ciclo I, os 3ºs, 4ºs e 5ºs anos P/C (Programa Intensivo de Ciclo) do ensino fundamental de nove anos e as classes de Recuperação de Ciclo do ensino de oito anos serão atribuídas aos professores com experiência comprovada de no mínimo um ano de exercício em classes de alfabetização, e/ou que tenham concluído ou estejam frequentando o curso Letra e Vida.

§ 2º As classes do Programa Intensivo de Ciclo (PIC), deverão ser prioritariamente atribuídas aos professores que no ano de 2010 e/ou 2011 trabalharam neste programa e atenderam as necessidades da escola.

§ 3º As Unidades Escolares enviarão a Planilha (Anexo II desta Resolução) devidamente preenchida, ao setor dos ADE's, logo após a atribuição das classes de que trata o parágrafo anterior.

§ 4º Após a atribuição aos docentes referidos no § 1º deste artigo, se ainda houver classes a serem atribuídas, elas poderão ser destinadas a professores que não atendem às exigências contidas no referido parágrafo.

Artigo 4º Os professores inscritos nos termos do Decreto nº 445 de 11 de novembro de 2011 e os afastados junto ao município nos termos do convênio estado/município, participarão do processo de

atribuição de classes e/ou turmas para o ano letivo de 2012, obedecendo ao cronograma constante do Anexo I desta Resolução.

Artigo 5º Os professores titulares dos cargos de educação infantil, educação especial e ensino fundamental da rede municipal de ensino designados como diretores de escola, vice-diretores e professores coordenadores, participarão normalmente do processo de atribuição de classes e/ou turmas, para compor jornada de trabalho e assumirão as mesmas no caso de cessação da designação.

Artigo 6º Os professores titulares dos cargos de educação infantil, educação especial e ensino fundamental e os professores substitutos efetivos de educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de ensino afastados a qualquer título, também participarão do processo de atribuição de classes e/ou turmas para compor jornada de trabalho e assumirão as classes e/ou turmas no término do afastamento.

Parágrafo único – em caso de ausência dos professores referidos no artigo 6º, a atribuição será compulsória.

Artigo 7º Os professores titulares dos cargos de educação infantil, educação especial e ensino fundamental da rede municipal de ensino que não tiverem classes livres e/ou turmas atribuídas para compor jornada de trabalho docente, nas Unidades Escolares, serão considerados **excedentes**.

Artigo 8º Os professores titulares dos cargos de educação infantil, educação especial e ensino fundamental da rede municipal de ensino considerados excedentes em suas Unidades Escolares deverão participar da atribuição na fase de Secretaria, escolhendo para compor jornada de trabalho, dentre as classes livres das escolas da Rede Municipal de Ensino.

§ 1º Os professores de que trata o "caput" deste artigo, que não comparecerem à sessão de escolha, terão uma classe livre atribuída compulsoriamente, de acordo com seu cargo de lotação.

§ 2º Os professores que tiverem classes atribuídas nos termos do "caput" deste artigo terão nova sede de lotação, de acordo com a escolha, ficando garantido o direito de retorno para a sede anterior, no caso de vacância de classe, desde que isso seja requerido por escrito ao diretor da escola e protocolado na U.E., dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da atribuição.

Artigo 9º Após a atribuição de que trata o artigo 8º desta Resolução, se os professores continuarem excedentes, serão declarados adidos e poderão ter classes atribuídas como carga horária de trabalho docente, sem deixarem a condição de adidos ou ficarão em exercício nas Unidades Escolares onde têm os cargos lotados, devendo assumir, durante o ano letivo, classes em substituição e aulas eventuais, na fase de U.E., até o surgimento de classes livres na Rede, para as quais serão removidos ex-offício.

Parágrafo único – Os professores declarados adidos não terão prejuízo de vencimentos, nem das demais vantagens do cargo.

Artigo 10º Os professores titulares dos cargos de educação infantil, educação especial e ensino fundamental da rede municipal de ensino, readaptados por tempo indeterminado, serão classificados, mas não participarão do processo de atribuição de classes e/ou turmas. No caso de cessação da readaptação durante o ano, os mesmos assumirão classes vagas nos termos do artigo 9º desta Resolução, ou ficarão adidos na sede de lotação devendo assumir durante o ano letivo classes em substituição e aulas eventuais na fase de Unidade Escolar.

Artigo 11 As jornadas semanais de trabalho docente disponíveis para atribuição são assim constituídas:

I. Jornada I – 25 horas-aula de trabalho, sendo: 20 (vinte) horas-aula na regência da classe, 05 (cinco) horas-aula de trabalho pedagógico, das quais 03 (três) na escola, em atividades coletivas e 02 (duas) em local de livre escolha do professor.

II. Jornada II – 36 horas-aula de trabalho, sendo: 30 (trinta) horas-aula na regência da classe, 06 (seis) horas-aula de trabalho pedagógico, das quais 03 (três) na escola em atividades coletivas e 03 (três) em local de livre escolha do professor.

III. Jornada III – 30 horas-aula de trabalho, sendo: 25 (vinte e cinco) horas-aula na regência da classe, 05 (cinco) horas-aula de trabalho pedagógico, das quais 02 (duas) na escola, em atividades coletivas e 03 (três) horas-aula em local de livre escolha do professor.

§ 1º Os professores titulares de cargo, os substitutos e os da rede estadual afastados junto ao município ficam sujeitos à jornada do cargo.

§ 2º Os professores C.L.T. estáveis da Prefeitura poderão ter atribuídas classes e/ou turmas, até o máximo de 36 horas-aula de trabalho docente.

Artigo 12 A atribuição de classes e/ou turmas no início do ano aos professores inscritos e classificados obedecerá a seguinte ordem sequencial:

I Fase I – Nas Unidades Escolares:

1- Atribuição aos titulares de cargo da rede estadual de ensino, afastados junto ao município, com sede fixada na U.E., para constituição da jornada de trabalho;

2- Atribuição aos titulares dos cargos de P.E.I., P.E.F. e P.E.E. da rede municipal de ensino classificados na U.E. para constituição da jornada de trabalho;

3- Atribuição aos titulares dos cargos de P.E.I., P.E.F. e P.E.E. da rede municipal de ensino, **removidos ex-offício**, para constituição da jornada de trabalho para atendimento dos pedidos de retorno;

4- Atribuição em caráter obrigatório como carga horária (substituição) aos professores titulares de cargo da rede municipal de ensino, declarados adidos;

5- Atribuição em caráter obrigatório como carga horária (substituição) aos professores CLT estáveis da P.M.L.,

6- Atribuição em caráter obrigatório como carga horária (substituição) aos professores substitutos de educação infantil (P.S.E.I.) e ensino fundamental (P.S.E.F.) providos por Concurso de provas e títulos;

7- Atribuição de carga suplementar de trabalho aos professores titulares dos cargos de educação infantil, educação especial e ensino fundamental da rede municipal de ensino, de acordo com a opção dos mesmos.

8- Atribuição de carga suplementar aos professores substitutos de educação infantil (P.S.E.I.) e ensino fundamental (P.S.E.F.).

Parágrafo único – Quando não houver titulares a serem substituídos, o Professor Substituto de Educação Infantil (P.S.E.I.) deverá auxiliar o docente da última etapa da Educação Infantil e o Professor Substituto de Ensino Fundamental (P.S.E.F.) deverá auxiliar o docente do primeiro ano do Ensino Fundamental.

II Fase 2 – Na Secretaria Municipal da Educação:

1 – Atribuição aos titulares de cargo adidos ou excedentes, em caráter obrigatório, para constituição de jornada de trabalho;

2 – Atribuição aos titulares de cargo da rede estadual de ensino, afastados junto ao município, **sem sede fixada**, para constituição de jornada de trabalho;

3 – Atribuição em caráter obrigatório como carga horária (substituição) aos professores titulares de cargo da rede municipal de ensino, declarados adidos, quando não atendidos na U.E.;

4 – Atribuição de carga horária em caráter obrigatório aos professores CLT estáveis da P.M.L. quando não atendidos na U.E.;

5 – Atribuição de carga suplementar de trabalho aos professores titulares dos cargos de educação infantil, educação especial e ensino fundamental da rede municipal de ensino não atendidos ou que declinaram na Unidade Escolar;

6 – Atribuição de carga suplementar aos professores substitutos de educação infantil (P.S.E.I.) e ensino fundamental (P.S.E.F.).

7 – Atribuição de carga horária aos professores aprovados no Processo Seletivo 02/2011, em caráter temporário, se necessário.

Artigo 13 A atribuição de classes e/ou turmas da Educação de Jovens e Adultos far-se-á no início de cada semestre, se necessário.

Artigo 14 As classes de recuperação de ciclo (RC – PIC) já formalizadas até 31/10/2011 serão atribuídas de acordo com o cronograma e poderão constituir jornada de trabalho docente dos titulares de cargo da rede municipal ou dos titulares de cargo da rede estadual, afastados junto ao Município.

Artigo 15 As classes de professores municipais cujos afastamentos estejam concretizados na fase I – Unidade Escolar, deverão ser atribuídas para o atendimento a professores adidos, sem descharacterizar esta condição, professores C.L.T. estáveis, professores substitutos providos por concurso de provas e títulos, e após, como carga suplementar de trabalho aos professores titulares de cargo e para professores aprovados no Processo Seletivo 02/2011 em caráter temporário, se necessário.

Artigo 16 A acumulação de dois cargos, empregos ou funções docentes poderá ser exercida desde que:

I – esteja de acordo com o disposto na Constituição Federal;

II – haja compatibilidade de horários, consideradas inclusive, as horas de trabalho pedagógico coletivas.

III – Os horários serão compatíveis quando houver possibilidade de exercício dos dois cargos, empregos ou funções, em horários diversos e desde que fique comprovada a viabilidade de acesso aos locais de trabalho por meios normais de transporte;

IV – O intervalo entre o término da jornada de um cargo e o início da outra seja de 1 (uma) hora. No caso das unidades de exercício situarem-se próximas uma da outra, o intervalo poderá ser reduzido para até o mínimo de 15 (quinze) minutos, a critério da autoridade competente, após análise dos horários de trabalho.

V – não exceda a 66 horas-aula semanais de trabalho docente;

VI – haja decisão favorável da direção da escola e Secretaria da Administração, após a análise da acumulação pretendida.

VII – haja garantia de cumprimento do horário de trabalho pedagógico coletivo.

Artigo 17 A atribuição de classes e/ou turmas durante o ano obedecerá a seguinte ordem sequencial:

I – Fase I – Nas Unidades Escolares:

1 – Atribuição aos titulares de cargo adidos na própria U.E., para constituição de jornada de trabalho (classe livre);

2 – Atribuição aos titulares de cargo removidos ex-offício para atendimento aos pedidos de retorno (classe livre);

3 – Atribuição aos titulares de cargo adidos da própria U.E., em substituição;

4 – Atribuição de carga horária aos professores CLT estáveis da U.E. em substituição;

5 – Atribuição em caráter obrigatório como carga horária (substituição) aos professores substitutos de educação infantil (P.S.E.I.) e ensino fundamental (P.S.E.F.) providos por Concurso de provas e títulos;

6 – Atribuição de carga suplementar de trabalho aos professores titulares dos cargos de educação infantil, educação especial e ensino fundamental, por período superior a 15 (quinze) dias;

7 – Atribuição de carga suplementar aos professores substitutos de

educação infantil (P.S.E.I.) e ensino fundamental (P.S.E.F.);

8 – Atribuição de aulas eventuais até 15 dias, para:

- professores adidos da U.E.;

- professores CLT estáveis sem classe;

- Em caráter obrigatório com carga horária aos professores substitutos de educação infantil (P.S.E.I.) e de ensino fundamental (P.S.E.F.) providos por Concurso de provas e títulos;

- professores titulares de cargo da U.E. (P.E.I., P.E.F. e P.E.E.) a título de carga suplementar;

- professores substitutos de cargo da U.E. (P.S.E.I. e P.S.E.F.) a título de carga suplementar;

- professores titulares de cargo de outra U.E. e

- professores aprovados no Processo Seletivo 02/2011, em caráter temporário, se necessário.

II – Fase 2 – Na Secretaria da Educação:

1 – Atribuição aos titulares de cargo adidos, em caráter obrigatório, para constituição de jornada de trabalho (classe livre);

2 – Atribuição aos titulares de cargo adidos, para substituição, quando não atendidos na U.E.;

3 – Atribuição de carga horária em caráter obrigatório aos professores CLT estáveis, não atendidos na U.E.;

4 – Atribuição de carga suplementar de trabalho aos professores titulares dos cargos de educação infantil, educação especial e ensino fundamental, quando não houver candidatos na U.E.;

5 – Atribuição de carga suplementar aos professores substitutos, quando não houver candidatos na U.E.;

6 – Atribuição de carga horária aos professores aprovados no Processo Seletivo 02/2011, em caráter temporário, se necessário.

§ 1º – Os professores adidos e professores CLT estáveis sem classe, que estiverem cumprindo horas de permanência na U.E., deverão assumir toda e qualquer substituição na sua unidade de classificação, inclusive faltas eventuais, dentro de seu período de trabalho.

§ 2º – Os professores substitutos (P.S.E.I. e P.S.E.F.) providos por Concurso de provas e títulos substituirão os professores titulares em suas ausências e impedimentos.

a) Quando não houver titulares a serem substituídos, o Professor Substituto de Educação Infantil (P.S.E.I.) deverá auxiliar o docente da última etapa da Educação Infantil e o Professor Substituto de Ensino Fundamental (P.S.E.F.) deverá auxiliar o docente do primeiro ano do Ensino Fundamental.

Artigo 18 As substituições de titular de cargo docente, poderão ser exercidas por outro titular de cargo a título de carga suplementar, por professor CLT estável, por Professor Substituto de Educação Infantil e Ensino Fundamental ou por docente aprovado no processo seletivo 02/2011, em caráter temporário nos termos da Lei Complementar nº 461/09 alterada pelas Leis Complementares nºs 470, 472, 497/09 e 540/10 e Decreto nº 185/99 sob regime da CLT.

Artigo 19 Ao término da fase inicial do processo de atribuição de classes e/ou turmas, os diretores de escola procederão ao cadastramento de professores titulares de cargo da rede municipal, de outra U.E., interessados em ministrar aulas como substitutos na Unidade Escolar, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar nº 461/09, alterada pelas Leis Complementares nºs 470, 472, 497/09 e 540/10.

Parágrafo único – Os titulares de cargo que se cadastrarem poderão ter classes e/ou turmas atribuídas em outra Unidade Escolar, apenas a título de carga suplementar de trabalho.

Artigo 20 Os professores declarados adidos, cumprindo carga horária ou horas de permanência correspondente ao cargo na Unidade Escolar, poderão ter classe atribuída como carga suplementar de trabalho docente, no período oposto, desde que haja compatibilidade de horários.

Artigo 21 Os professores titulares de cargo poderão declinar da atribuição da Carga Suplementar de Trabalho Docente na Unidade Escolar sede, para participarem da atribuição na fase 2, na Secretaria Municipal de Educação na atribuição inicial ou durante o ano letivo.

Artigo 22 Para atribuição de carga suplementar de trabalho, nos termos do artigo 26 da Lei Complementar nº 461/09 alterada pelas Leis Complementares nºs 470, 472, 497/09 e 540/10, o responsável pela atribuição de classes e/ou turmas deverá analisar a compatibilidade de horários, considerando inclusive as horas de trabalho pedagógico coletivas, o intervalo de uma classe para outra, o tempo de percurso entre escolas e o limite de 66 horas-aula semanais.

§ 1º – No caso de atribuição inicial, considerando-se que os horários das HTPCs poderão estar ainda indefinidos nas Unidades Escolares, se não houver compatibilidade de horários, declarada pelo Diretor da Escola, a atribuição da carga suplementar fica sem efeito, podendo o professor voltar a participar das atribuições durante o ano.

§ 2º – Nas atribuições durante o ano, tanto na SME quanto em outras Unidades Escolares, o professor deverá apresentar horário da classe no qual é titular de cargo, assinado pelo Diretor da respectiva Unidade Escolar, para ser analisado, visando a compatibilidade dos horários.

Artigo 23 É assegurado aos professores titulares de cargo em licença-gestante, licença adoção e em férias regulamentares como profissionais do suporte pedagógico, a participação na atribuição de carga suplementar de trabalho docente, de que tratam os artigos 12 e 17, devendo assumir as classes quando do término da licença ou das férias, quando passarem a receber os proventos relativos à classe atribuída.

Artigo 24 Os professores titulares de cargo afastados nos termos dos incisos I, II, IV, VI e IX do artigo 75 da Lei Complementar nº 461/09 alterada pelas Leis Complementares nºs 470, 472, 497/09 e 540/10

ANTONIO MONTESANO NETO - Secretário Municipal da Educação

* Momento - Atribuição em caráter obrigatório de classes e/ou normas como carga horária (substituição) para os professores CLE sem classe, não atendidos na Unidade Escolar com mudança de sede de exercício.

As atribuições de classes e/ou turmas que se referem à fase 2 - (Secretaria Municipal da Educação), serão realizadas no Centro de Formação do Professor, sito a Rua João Kuhl Filho, s/nº - Parque da Cidade - Vila São João, Sala 82.

Unsoira, ____ de ____ de 2011

Uma noite mágica!

16/12/11
Horário: 19h30
Local: Teatro Vitória
Ingressos: R\$ 10,00 (inteira)
R\$ 5,00 (meia)
R\$ 2,00 (crianças até 12 anos)
R\$ 1,00 (idosos e estudantes)

Alcance
"Uma Noite Mágica" é um espetáculo que apresenta as histórias, as lendas e a mitologia profundamente da cultura do arca e do imaginário popular de um povo remanescente, permeado por suas atividades artesanais, musicais, plásticas e da dança, de seu modo de viver e de suas tradições.

Para mais informações:
(19) 3451.8732 - 3445.4564
www.aidaflamiana.org.br

Escola de Dança Cláudia Gilatto
apresenta

M.O.D.A

O Festival Anual da Dança

DIAS 17 e 18 de Dezembro às 20h
LOCAL Teatro Vitorino
INGRESSOS R\$ 20 (inclui F. AS 14 anos)
INFORMAÇÕES 19 3702 0378.

REALIZAÇÃO:

- APRÇO CULTURAL
- MUSEU
- Cultura
- Famoreno
- Função
- etc...